

40º Encontro Anual da Anpocs

ST 11 – Dinâmicas subjetivas e espaço público: gramáticas emocionais, corporais e estéticas

A CORPOREIDADE COMO FONTE DE AUTORIDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DISCURSIVA

*Um estudo sobre a presença de surdos sinalizantes em discussões
relacionadas à educação especial*

Regiane Lucas de O. Garcêz

**Caxambu – MG
24 a 28 de outubro de 2016**

A corporeidade como fonte de autoridade na representação política discursiva

*Um estudo sobre a presença de surdos sinalizantes em discussões relacionadas à educação especial*¹

*Regiane Lucas de O. Garcêz*²

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar os processos de representação política não eleitoral ou discursiva que emergem do debate sobre qual o melhor modelo de escola para as pessoas surdas. Buscamos responder como fontes de autoridade (Saward, 2009) são acionadas no ato de representar pelos surdos e pessoas com deficiência integrantes dos movimentos sociais. Em particular, destacamos aquelas fontes de autoridade relacionadas a) à presença física ou identidades adscritivas (Gutman, 2003) e b) à auto afirmação das identidades ou autoadscrição. As unidades de análise (*representative claims*) (Saward, 2010) foram extraídas de a) um grupo de lideranças surdas do *Facebook*, b) uma audiência pública do judiciário e c) Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conclui-se que a) o corpo é uma fonte de autoridade tão importante quanto o próprio discurso, b) o uso da língua de sinais revela uma dimensão de intraduzibilidade exposta pela presença, c) aspectos culturais das línguas de sinais promovem rupturas nas dinâmicas convencionais de representação e d) a coletivização das questões requer uma fusão de horizontes capaz de incorporar a diferença surda na sua corporalidade.

Palavras-Chave: Representação discursiva. Identidade adscritiva. Educação de surdos.

O presente artigo objetiva discutir os processos de representação política relacionados às pessoas surdas e o lugar que a corporeidade expressa por meio da língua de sinais ocupa como fonte de autoridade dessa representação. Para esse grupo de pessoas, historicamente excluídas da vida política, a questão da representação se revela uma constante. Lanna Júnior e Martins (2010) apontam que as primeiras mobilizações dos movimentos sociais das pessoas com deficiência e surdas³, na década de 1980 já

¹ Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de doutoramento intitulada “Representação política e lutas sociais: Quem fala em nome de quem no debate sobre a educação de surdos”. A pesquisa finalizada em 2015 foi realizada no âmbito do Departamento de Comunicação Social da UFMG e orientada pela professora Rousiley Maia. Meus agradecimentos ao financiamento da Capes.

² Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFMG - regianelucasgarcez@gmail.com

³ Neste trabalho optamos por nomear como surdas as pessoas com perda auditiva que se comunicam por meio da língua de sinais, ao invés de denominá-las como pessoas com deficiência auditiva. Comungamos

discutiam temas como autonomia, tutela e emancipação. Com o objetivo de desconstruírem a crença na incapacidade de falarem por si mesmas, pessoas surdas e com deficiência têm pautado, desde então, várias outras questões ligadas à representação política, tais como: a tutela exercida pelos pais; o esvaziamento dos processos emancipatórios por meio da superproteção e da exclusão social e política; o direito de falarem por si mesmos e de participarem da formulação de políticas públicas, formas de engajamento, dentre outras.

Nesse período os movimentos das pessoas com deficiência e surdas estabeleceram mundialmente o lema “Nada sobre nós, sem nós” que vem inspirando um conjunto de documentos e tratados internacionais. No preâmbulo da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência – documento organizado pela ONU com intensa participação das pessoas surdas e com deficiência e incorporado na constituição brasileira⁴ - destaca-se "que as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhe dizem respeito diretamente".

No caso específico das pessoas surdas que se comunicam por meio da língua de sinais, os sinalizantes, a questão da representação se revela importante também porque suas demandas atravessam várias formas de mediação na esfera pública. Elas precisam de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para se expressarem nos canais políticos formais. Entretanto, esses profissionais não atuam como representantes ou porta-vozes, mas apenas como mediadores/tradutores. Logo, a representação política das demandas dos surdos sinalizantes passa, muitas vezes, por um processo de dupla mediação: a dos intérpretes e a dos representantes. Isso traz também um duplo desafio de pensar a legitimidade dos processos de representação, conferida discursivamente por meio uma língua que é essencialmente expressada corporalmente. O modo de expressão dos surdos sinalizantes coloca na cena pública uma presença corporal muitas vezes desconsiderada. A língua de sinais evidencia traços de um modo de vida cultural que reconfigura a dinâmica da expressão pública. O fato de ser surdo, protagonista de sua própria história, com uma corporalidade política que se apresenta no ato de representar é um elemento dessa legitimidade.

dos estudiosos de cultura surda, para os quais a surdez é definidora de uma minoria linguística e cultural (Skliar, 1998; Lane, 1984; Lang, 2003; Power e Leigh, 2003).

⁴ Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Ao longo dos séculos a percepção do corpo foi mudando, bem como os ideais de perfeição, normalidade, capacidade e produtividade. As diferentes concepções que se têm da surdez acompanham essas mudanças (Lang, 2003; Power e Leigh, 2003). Ora consideram a surdez como falta, deficiência ou patologia, ora como diferença cultural, a depender da época e do contexto. Na primeira perspectiva, também conhecida como clínica, médica ou audiológica, a surdez é definida nos termos do grau de perda da audição, como e quando isso ocorre. Nessa abordagem, os diferentes níveis de perda auditiva impactam no desenvolvimento da fala e da linguagem dos surdos, e conseqüentemente no seu aprendizado e na sua vida escolar. Já a perspectiva culturalista define a surdez como uma condição que subjaz a constituição de uma identidade e de uma cultura que se utiliza da língua de sinais como modo de comunicação e como elemento fundante de suas subjetividades. O “Ser Surdo” seria essa condição linguística e cultural do sujeito surdo e de sua comunidade (Padden e Humphries, 1988; Woll e Ladd, 2003, Ladd, 2003). Essa é a perspectiva dos Estudos Surdos, campo epistemológico baseado nos Estudos Culturais e nos estudos Pós-Estruturalistas.

É importante compreender essas duas perspectivas, pois na primeira abordagem a diferença física precisa ser “curada”, “consertada”, “escondida”, enquanto na segunda a expressão em língua de sinais e a falta da audição são condições *sine qua non* para a constituição das identidades surdas, cultura surda e de um modo de vida particular (Wilcox e Wilcox, 2005).

A proposta deste artigo faz coro aos estudos que propõe um alargamento da noção de representação política que vai além das formas convencionais de pesquisa na área, capaz de compreender a dimensão do corpo como componente dessa representação. Em outros estudos relacionados ao movimento surdo buscamos identificar *quem, o que e como se representa* (2016), fizemos um mapeamento das fontes de autoridade acionadas (2015) e discutimos o papel da linguagem nessas lutas (2015). Neste texto, em particular, nos debruçamos exatamente sobre os aspectos corpóreos e identitários das expressões de representação como fonte de autoridade durante o ato de representar. Para tanto, examinamos a polêmica acerca da proposta de fechamento das escolas especiais e/ou específicas para surdos, em 2011, desencadeada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)⁵.

⁵ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.

A pesquisa busca analisar como fontes de autoridade (Saward, 2009) relacionadas à expressão corporal são acionadas no ato de representar pelos surdos e pessoas com deficiência integrantes dos movimentos sociais. Em particular, destacamos aquelas fontes de autoridade relacionadas a) à presença física ou identidades adscritivas (Gutman, 2003) e b) à auto afirmação das identidades ou autoadscrição. As unidades de análise (representative claims) (Saward, 2010) foram extraídas de a) um grupo de lideranças surdas do Facebook, b) uma audiência pública do judiciário e c) Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A partir desse mapeamento, realizamos uma análise comparativa dos proferimentos nas arenas mencionadas, focalizando as interseções, os padrões e as particularidades da constituição da representação em cada fórum.

O artigo está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção discutiremos a abordagem contemporânea sobre representação política não eleitoral e o lugar dos movimentos sociais nessa abordagem. Na segunda seção discutiremos a noção de corporeidade como fonte de autoridade dos processos de representação. Em seguida, apresentamos nossa metodologia de análise e, na quarta seção os resultados da pesquisa. Conclui-se que a) o corpo é uma fonte de autoridade tão importante quanto o próprio discurso, b) o uso da língua de sinais revela uma dimensão de intraduzibilidade exposta pela presença, c) aspectos culturais das línguas de sinais promovem rupturas nas dinâmicas convencionais de representação e d) a coletivização das questões requer uma fusão de horizontes capaz de incorporar a diferença surda na sua corporalidade.

1. Por uma perspectiva ampliada do conceito de representação política

A literatura recente sobre representação política não eleitoral – ou discursiva – vem contribuindo para a compreensão dos movimentos sociais como um fenômeno discursivo e processual que se conforma por meio de sujeitos e/ou grupos que *falam* ou *agem em nome* de outras pessoas, valores ou perspectivas sem serem diretamente escolhidos pelo voto. É o que Lisa Dish (2011; 2015) chamou de *virada construtivista na democracia representativa*. Tal perspectiva tem sido chamada por alguns autores de representação discursiva (Dryzek e Niemeyer, 2008), representação por afinidade (Avritzer, 2008), representação virtual (Lavalle, *et al*, 2006), representação não eleitoral (Urbinati, 2006), representação de perspectivas (Young, 2000) ou demandas de representação (*representative claim*) (Saward, 2009; 2010). O que há de comum nelas é o

fato de a representação se dar fora dos momentos eleitorais (mas não necessariamente desvinculada da representação eleitoral); referir-se não apenas a pessoas, mas a perspectivas ou a valores; e dispensar procedimentos formais e institucionais de eleição e prestação de contas.

A questão é que boa parte da literatura que trata dessa ampliação do conceito ainda se concentra nas discussões teóricas e em seus desdobramentos. Nos poucos estudos empíricos, as análises são predominantemente relacionadas aos espaços formais como os parlamentos ou cortes (Hirschmann, 2015; Dryzek e Niemayer; 2009; Ituassu, 2015). Algumas exceções são os estudos de Débora Almeida no Brasil, sobre conselhos setoriais (2002) e Johansson e Lee (2012) sobre organizações da sociedade civil europeia. Dentre aqueles que se dispõem a discutir empiricamente a dinâmica da representação, a maior parte acaba por analisar apenas discursos verbais, considerando pouco, ou quase nada, os outros elementos que compõe a dinâmica da representação.

Em nosso estudo, optamos por adotar a concepção de representação utilizada por Saward (2009; 2010) justamente pela radicalidade que o autor confere à discursividade da representação, distinta dos demais autores. A centralidade conferida ao processo de representar é capaz de comportar outros elementos da representação que vão além da troca de razões feita verbalmente, sendo eles símbolos, imagens e, por extensão, a dimensão da corporalidade no ato de representar. O foco não é compreender o que a representação é, mas investigar como ela acontece e explorar os seus efeitos e relações com os representados, para além da institucionalidade (Saward, 2010; Almeida, 2014). Conforme define Saward, “a representação é um contínuo processo de fazer e receber, de aceitar e rejeitar demandas – entre e fora dos períodos eleitorais” (SAWARD, 2010, p. 36).

Dessa forma, voltar-se para o que a representação processualmente revela é tão importante quanto identificar os resultados a que ela chega ou à descrição de suas formas e tipos⁶. É sempre um processo parcial, incompleto e aberto a revisões. A representação é multifacetada e se estabelece em um movimento dinâmico, difuso e criativo, no qual as

⁶ Saward (2010) faz uma dura crítica às diferentes tipologias criadas pelos autores, tais como Pitkin (1967) – que categoriza a representação como substantiva, descritiva e simbólica – ou Mansbridge (2003), que define representação do tipo promissória, antecipatória, giroscópica e substituta (*surrogate*). Para ele, os autores estão menos preocupados com a dinâmica da representação e mais com o “o que ela é” (p. 22).

próprias relações de poder são móveis. Ao invés de fixo e estável, o campo da representação está “constantemente em expansão e contração” (SAWARD, 2010, p. 2).

O foco processual da representação não eleitoral pode conduzir a uma elaboração permanente dos horizontes políticos possíveis. Urbinati e Warren (2008) apostam no potencial da representação política não eleitoral de unificar e conectar formas plurais de associação dentro da sociedade civil. Ela seria capaz de levar os cidadãos a projetar seus horizontes para além das questões imediatas, refletindo sobre perspectivas futuras e conflitos no processo de elaboração das políticas nacionais e de suas possíveis soluções.

Em Saward (2010), as demandas por representação carregam consigo a capacidade de “operar pelas bordas”. Para os sujeitos em desvantagem, a representação política não eleitoral pode ser um importante aliado da democracia, pois ela funciona como intermediária entre sujeitos em desvantagem, a sociedade civil, a esfera pública e os âmbitos governamentais (Saward, 2010; Urbinati e Warren, 2008; Urbinati, 2006; Maia, 2012). Assim como defendem outros autores (Dryzek e Niemayer, 2008; Urbinati, 2006), a representação não restrita aos eleitos permite evidenciar as possibilidades de pluralização das formas de representação e das demandas representadas. Demandas outrora invisibilizadas podem ter a oportunidade de ganhar expressão. Quanto mais perspectivas forem representadas, mais democrático é determinado fórum (Dryzek e Niemayer, 2008).

Considerar as múltiplas dimensões da representação, como os fatores sociais e culturais nos auxilia na compreensão da dinâmica representativa. Não se trata apenas de considerar a noção de representação como *atividade*, como faz Hannah Pitkin (1967) - referência para grande parte dos estudos de representação dos últimos anos. A autora está mais preocupada com o representante do que com o próprio processo constitutivo dessa representação e deixa de lado o valor da representação simbólica ou cultural, o que para Saward é central (p. 10). A tipologia organizada por Pitkin deixa de considerar que a representação substantiva carrega necessariamente valores simbólicos e mensagens, portanto, não se pode separar os aspectos substantivos e simbólicos.

Mesmo o modelo de Mansbridge (2003) – que apresenta uma dinâmica mais sistêmica e plural da representação, de múltiplos fluxos que envolvem informação, interesses, estratégias, os *media* – é considerado por Saward (2010, p. 22) como insuficiente. É preciso observar a nebulosidade das preferências dos representados, e, como, ao mesmo tempo, elas são capazes de influenciar a representação. E ainda, como

os contextos culturais e políticos interferem aí? Apenas uma perspectiva discursiva, nuançada e fluida que considere também elementos simbólicos é capaz de responder essas questões.

Essa perspectiva coloca a linguagem no centro dos processos de representação. Dá lugar à criatividade e à imprevisibilidade abertas pela linguagem, possibilitando a visibilidade de novas perspectivas em cena, apresentadas por meio de vários modos comunicativos.

2. O corpo como fonte de autoridade da representação política

Saward (2009, p. 10-15), em obra anterior ao seu estudo de maior fôlego, de 2010, propôs um mapa de identificação de fontes de autoridade nos proferimentos de representação, visto que sua legitimidade, por não depender dos mecanismos eleitorais, costuma ser buscada de outras formas. Processualmente fontes de autoridade vão sendo convocadas de modo a buscar legitimidade. Saward (2009) enumerou as seguintes fontes de autoridade: a) tradições enraizadas/ moralidade de um grupo e laços com a tradição: baseadas em tradições ou grupos identitários; b) tradições enraizadas / consenso hipotético: representa os interesses de um grupo hipoteticamente consensuado; c) experiência ou conhecimento de um especialista ou credenciais especiais; d) amplo interesse e novas vozes: quando uma importante perspectiva não está sendo ouvida; e) amplo interesse e novas vozes: quando a demanda de representação tem um amplo apoio popular demonstrado; f) amplo interesse e novas vozes/ espelhamento: semelhança entre representante e representados; g) amplo interesse e novas vozes/ *stakeholding*: representa alguém interessado diretamente no assunto; h) amplo interesse e novas vozes/ leis e normas extraterritoriais; i) amplo interesse e novas vozes: autorrepresentação.

Em nenhuma delas a simples presença física ou a expressão de uma identidade coletiva é considerada como uma fonte de autoridade. Ainda que Saward considere a relevância de símbolos e expressões culturais como elementos da representação elas não aparecem claramente se consideradas como fonte de autoridade⁷. Podem se aproximar da ideia de credenciais ou de tradições ou identidades coletivas, mas percebemos em nosso

⁷ Em nosso estudo mais amplo de doutoramento codificamos os proferimentos a partir das seguintes fontes de autoridade, considerando os estudos de Saward (2009; 2010): história pessoal, história do povo surdo (tradição), identidade adscritiva, auto adscrição, credencial, expertise científico, expertise profissional, expertise legal, amplo interesse, ações desenvolvidas / resultados.

estudo que a presença física precisaria ser considerada para além dos proferimentos de representação. Dessa forma, identificamos a presença da pessoa surda como uma fonte de autoridade, a qual denominamos *identidade adscritiva* (Gutmann, 2003, p. 117). A identidade adscritiva se refere às características comuns a pessoas de um grupo que vão além de suas escolhas, tais como as características físicas, deficiência ou surdez. São parte de uma imagem e de uma presença que não precisa ser anunciada, pois já vem expressa nos seus corpos e no seu modo de comunicar. A característica física é involuntária, mas a formação de uma identidade coletiva parte dos próprios concernidos, conforme afirma Gutmann. Essa organização muitas vezes é importante para combater rótulos ou injustiças.

No estudo em questão, interessa-nos investigar a representação exercida pelos surdos que escolheram ser usuários da língua de sinais e que são militantes pelo direito a esse tipo de comunicação. Ou seja, a identidade adscritiva não está apenas na ausência de audição, mas na identificação das mãos e dos corpos que se comunicam e que se orgulham de fazer parte desse grupo. Além do uso da língua de sinais, a emissão de sons enquanto sinalizam e um conjunto de características culturais próprias de quem não ouve são consideradas dentro da identidade adscritiva. A percepção visual demonstra uma condição da experiência que aciona uma fonte de autoridade de quem experimenta a condição de ser surdo.

O fato de considerarmos a corporeidade como uma fonte de autoridade da representação política não eleitoral nos conduz a destacar o que Anne Phillips (2001) chamou de *política da presença* associada a uma política das ideias. A apresentação de propostas vem acompanhada de um corpo que expressa quem são, como fonte de autoridade. Aquela presença, aquele corpo que se expressa, influencia a dinâmica da representação. E ainda, em muitos casos, ao tomar a palavra, as pessoas surdas reafirmavam o fato de serem surdas ao se identificarem, por compreenderem a relevância da autoafirmação da identidade publicamente e o quão mais legítima poderia ser a fala do próprio afetado.

3. Metodologia e descrição do *corpus*

Para identificarmos as identidades adscritivas como fonte de autoridade no processos de representação política não eleitoral adotamos uma perspectiva sistêmica no

sentido de apreender a representação como processo e não como resultado. Como já foi dito, consideramos uma dinâmica ininterrupta, com temporalidades e espaços não restritos ao modelo eleitoral. Os discursos e símbolos circulam por diversos espaços e os debates acontecem em distintos momentos em diversas arenas – casas parlamentares, associações cívicas, o sistema mediático, ambientes informais do dia a dia (MAIA, 2012; MANSBRIDGE *et al*, 2012). Essas trocas comunicativas envolvem diferentes modos expressivos para além da argumentação – como a retórica, o humor, as histórias pessoais ou o uso de símbolos, por exemplo. Alguns autores têm partido das mesmas premissas para pensar a representação política de modo sistêmico e circular (MAIA, 2012; ALMEIDA, 2014; MANSBRIDGE, 2003; DRYZEK & NIEMAYER, 2006; SAWARD, 2010). Assim, examinamos como a discursividade se conecta a três arenas distintas, com formas peculiares de comunicação, diferentes *designs* e constrangimentos próprios e, ainda, com distintas funções dentro de um sistema deliberativo.

Avaliamos a dinâmica da representação política a partir de três perspectivas (MAIA, 2012). Primeiro, levamos em conta como se conforma a representação dentro de uma coletividade ou grupo representado. Buscamos aferir essa dinâmica no grupo fechado do *Facebook*, no qual a representação se conforma na figura de líderes nacionais e estaduais, que organizam ações articuladas em todo o país. Em segundo lugar, observamos uma instância que permite compreender como a representação é exercida publicamente. Investigamos uma audiência pública no judiciário e uma conferência de direitos mista, com participação paritária da sociedade civil e do governo, ambientes nos quais os representantes falam para uma audiência plural e disputam sentidos, de forma bastante conflituosa. Em terceiro lugar, adotamos uma perspectiva sistêmica a fim de captar as diferentes atuações dos representantes – sejam eles pessoas ou grupos – em arenas distintas.

Embora a pesquisa inicial tenha nos apresentado um material bastante extenso nas três arenas, o volume final de proferimentos analisados neste artigo foi de 47 proferimentos sendo 10 na audiência, 10 na conferência e 27 no *Facebook*⁸. Abaixo

⁸ A pesquisa original analisou 128 *claims*, proferidos pelos diversos atores do debate, surdos ou não. A audiência, com duração de sete horas gerou uma transcrição de 124 páginas. A conferência usou a tecnologia da estenotipia (legendas em tempo real, projetadas em um telão, com o conteúdo integral das falas feitas ao microfone) que possibilitou a geração e o armazenamento de arquivos digitais de texto, material que nos foi cedido pelo CONADE. A seleção do *corpus* foi realizada a partir da leitura das transcrições num total de 631 páginas. Já no *Facebook* foram encontradas 2052 postagens em 2011,

caracterizamos as três arenas envolvidas nesse estudo. O recorte temporal está relacionado ao período de maior tensão sobre o assunto: o anúncio público em março de 2011 sobre a possibilidade de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos, escola centenária localizada no Rio de Janeiro. Tal fato provocou grande impacto na cena pública e momentos de intensa mobilização do movimento surdo que protagonizou participação tanto na audiência quanto na conferência de direitos.

Facebook: O grupo foi criado em abril de 2011 com o objetivo de organizar a manifestação que ocorreu em Brasília em maio daquele ano. É composto pelas lideranças do Movimento Surdo em Favor da Educação e Cultura Surda e conta, atualmente, com 184 membros⁹. Depois da manifestação, continuou funcionando como um fórum de articulação em várias ações de mobilização. As análises foram restritas ao ano de 2011, a vídeos exclusivamente em Libras.

*Audiência*¹⁰: realizada no dia 01 de dezembro de 2011, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília, com o tema “Educação Inclusiva: Plano Nacional de Educação e Escolas Especiais”. O evento foi promovido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão integrado ao Ministério Público Federal (PFDC/MPF) e contou com cerca de 100 pessoas, entre promotores e procuradores de várias partes do país e ativistas do movimento surdo e do movimento inclusivista. Teve como objetivo a obtenção de conhecimentos multidisciplinares, dados e subsídios sobre a educação das pessoas com deficiência, para aprimorar a atuação do Ministério Público Federal. Foi desencadeada por uma carta-denúncia do movimento surdo sobre o desrespeito linguístico promovido pelas políticas de inclusão do governo.

Conferência: A Conferência foi realizada entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 em Brasília, com o objetivo de produzir propostas que pudessem delinear as políticas

desconsiderando os comentários, sendo elas em Libras e/ou em Língua Portuguesa, com conteúdos diversos. Mantivemos apenas os vídeos, chegando a 589 postagens. Em seguida excluímos postagens que tratavam de questões operacionais de mobilização e as não ligadas à temática do movimento. Na análise dos 50 primeiros vídeos, foi possível identificar as lideranças que possuíam funções mais operacionais e as que se dedicavam às articulações políticas e reflexões mais conceituais. Elegemos cinco lideranças nacionais principais e quatro estaduais. Dentre as postagens dessas lideranças, selecionamos aquelas com engajamento (curtidas e comentários) acima de 50, chegando a um total de 27 postagens. Em particular, focamos nos conteúdos que expressavam o posicionamento político do movimento. Optou-se por não transcrever o material selecionado e sim assistir os vídeos na própria língua de sinais.

⁹ Acesso em 21/09/2014.

¹⁰ Disponível em: <http://audienciapublicaeducacaoinclusiva.blogspot.com.br/>. Acesso em: 08/08/2014

públicas para pessoas com deficiência nos vários níveis, municipal, estadual e nacional¹¹. O evento foi organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)¹². Participaram cerca de duas mil pessoas, entre as quais 886 eram delegados, 49 deles surdos. O *corpus* consistiu nos proferimentos expressos na abertura, GT de Educação, plenária final e encerramento em temas que tratavam exclusivamente da educação de surdos.

Delimitação do corpus e unidade de análise

A nossa unidade de análise são os *representative claim* (Saward, 2010), conceituadas como demandas representativas que partem das pessoas surdas, de maneira performática, dinâmica e ininterrupta. A representação é compreendida aqui como uma *pretensão* de representar, ou seja, uma pressuposição de representatividade. Segundo o autor, *claims* são "uma demanda de representar, ou uma demanda de quem sabe que representa o interesse de alguém ou de alguma coisa" (2010, p. 42).

Conforme mencionou Saward (2009, 2010), as demandas de representação podem ou não ser aceitas ou aceitáveis tanto pelas audiências ou destinatários da representação quanto pelo grupo de representados. Mas quais critérios utilizar para aceitar ou não essas demandas? Quais são mais ou menos válidos ou legítimos? Nesse sentido o autor elencou um conjunto de fontes de autoridade que são a base da busca de legitimidade de uma demanda de representação, ou *claim* (2009, p. 9), conforme já apresentado. Adaptamos essa classificação inicial das fontes de autoridade conforme abaixo.

No quadro abaixo, observa-se que, no geral, os conhecimentos legais sobre o tema da educação de surdos/educação inclusiva foram bastante acionados, num total de 58 fontes. Em seguida, os *claims* que se baseavam no amplo interesse foram convocados 54 vezes, seguido dos conhecimentos científicos, 40 vezes. Na sequência, 34 ações desenvolvidas, 30 histórias pessoais, 28 credenciais, 26 auto adscrição, 21 experiências profissionais e 19 histórias do povo surdo.

¹¹ As propostas aprovadas e as moções foram incluídas em um documento que foi encaminhado para os vários ministérios, na perspectiva de estabelecerem políticas transversais relacionadas à pessoa com deficiência.

¹² Órgão da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

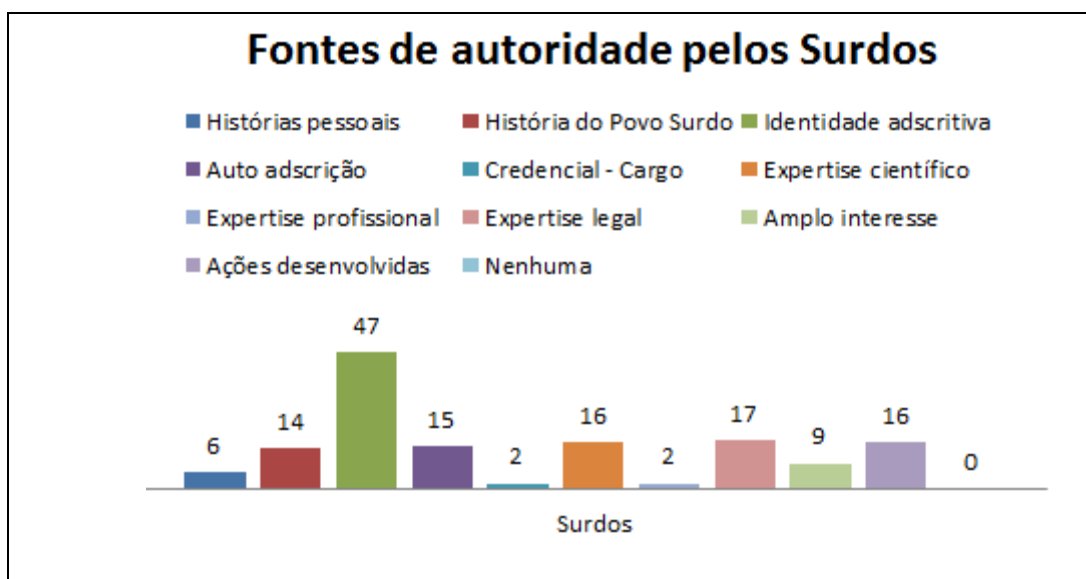


Figura 1: Total de fontes de autoridade acionadas pelos surdos

As fontes de autoridade mudam também, se analisarmos arena por arena, conforme apresentado abaixo:

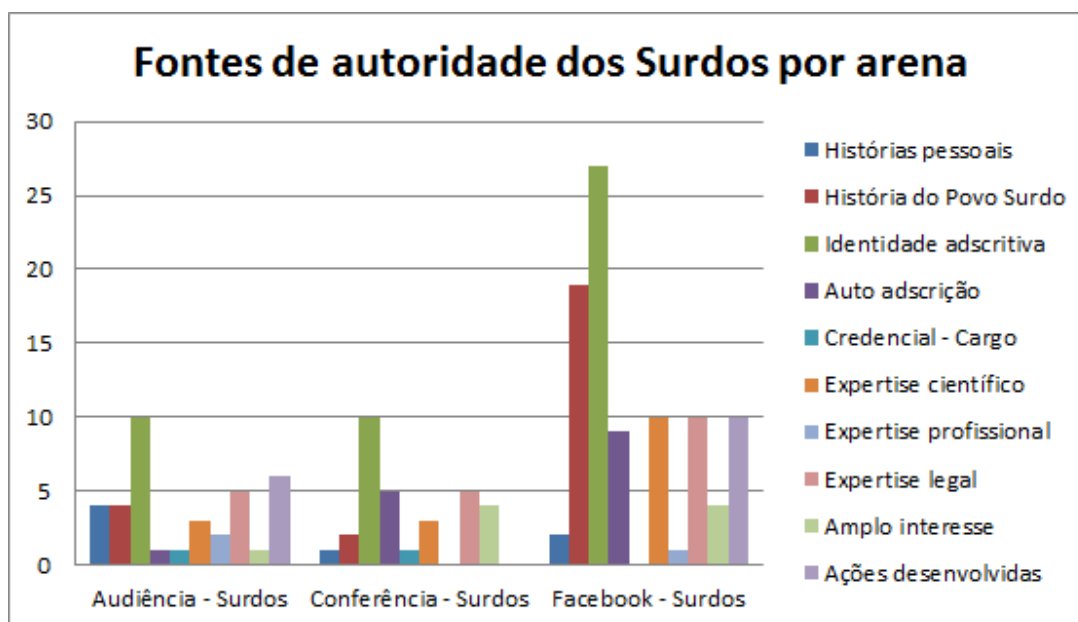


Figura 2: Fontes de autoridade acionadas por arena

Embora a nossa opção de análise tenha sido recortar unidades linguísticas sinalizadas pelos surdos na forma de proferimentos, nos chamou a atenção o impacto que a presença das pessoas surdas causava nas três arenas. Nem sempre as fontes de

autoridade são acionadas por mecanismos verbais, mas fisicamente. Elencamos, dessa forma, uma fonte de autoridade que não pode ser extraída da unidade linguística, mas requer um componente da imagem e da presença: a identidade adscritiva (Guttmann, 2003). Todos os proferimentos de surdos foram codificados como *identidade adscritiva*, num total de 47, considerando que a presença do surdo em cena sinalizando já era uma fonte de autoridade. Analisamos apenas os proferimentos dos surdos e observamos de que forma a sua condição de surdez era acionada durante os proferimentos, seja no uso da língua de sinais, na reafirmação da sua condição ou na explicitação de elementos próprios da cultura surda.

Na análise das três arenas, identificamos que, além da própria presença, muitos surdos ou pessoas com deficiência se auto definiam enquanto tal, o que chamamos de auto adscrição (identificada em 15 proferimentos). Ao reforçarem as suas identidades, eles anunciam e reforçam a sua presença e buscam a legitimidade de suas demandas a partir dessa reafirmação. A identificação da auto adscrição era feita quando o proferimento anunciava a condição de deficiência da pessoa. Por exemplo, “*Eu sou José Carlos. Sou surdocego, tenho visão reduzida. Sou surdo profundo e tenho 10% de visão* (delegado da Conferência, tradução nossa), “*como eu vejo muita gente se pontuar enquanto pessoa com deficiência, eu também sou* (Joiram Medeiros, gestor do MEC na Audiência da PFDC).

Com exceção da identidade adscritiva, que é a condição física/linguística da pessoa surda e que aparece em todos os proferimentos (representado pela barra verde), as outras fontes de autoridade são acionadas pelos surdos de formas distintas a depender da arena. Abaixo, discutiremos especificamente a identidade adscritiva e a auto adscrição como fontes de autoridade.

4. Resultados

Organizamos nossos resultados da seguinte forma. Primeiro descrevemos os elementos da língua de sinais e da cultura surda que nos remetem a uma identidade adscritiva. Em seguida, comparamos o uso das duas fontes de autoridade em cada uma das arenas, traçando paralelos e evidenciando a relevância de se considerar a expressão corporal como elemento da representação política não eleitoral.

No caso dos surdos, a identidade adscritiva permeia os vários artefatos da cultura surda (Strobel, 2008; Corcini, 2008). Todos os surdos, ao se apresentarem, nos 47 proferimentos, anunciam o seu sinal. O sinal é como um nome na comunidade surda e está ligado geralmente à característica física da pessoa ou a um momento da sua experiência. Todo aquele que ingressa na comunidade recebe um sinal. Por exemplo, o sinal da líder Mariana Hora aponta para uma pinta no canto superior da boca e acrescenta o sinal de H, de Hora. O sinal do surdo Nelson Pimenta é 66¹³, pois quando ele estudava no INES os surdos eram identificados pelo número de chamada. Em geral, as apresentações pelo sinal e pelo nome na Audiência da PFDC e na conferência, onde o interlocutor geralmente é desconhecido. Essa é uma forma de se apresentar que envolve não apenas a característica física, mas um conjunto de práticas culturais próprias dos surdos.

Outra característica é a expressividade física das línguas de sinais. Um dos parâmetros linguísticos da gramática da Libras¹⁴ é *expressão facial e corporal* (Quadros e Karnopp, 2004). Essas expressões são utilizadas não apenas para demonstrar emoções como alegria, tristeza, decepção, dentre outras, mas também para caracterizar os tipos de frases como interrogativas, afirmativas, negativas ou exclamativas. E ainda, como advérbios de intensidade, tempo, dentre outros. Dessa forma, a intensidade colocada nas expressões em língua de sinais não é tão comum na comunicação oral das pessoas ouvintes. A ênfase dada em sinais é percebida visualmente. Isso faz com que as expressões carreguem intensidades muitas vezes estranhas aos olhos de quem não está habituado com a língua de sinais. Interrogações, afirmações ou negações são expressas pela expressão facial de uma forma bastante impactante para aqueles que não estão acostumados à comunicação em Libras. Um bom exemplo é palestra de Patrícia Rezende, bastante enfática em tom de acusação frente ao MEC em função do fechamento das escolas.

Esse traço cultural dos surdos também delimita uma presença caracterizada como fonte de autoridade justamente porque apenas quem domina a língua espaço visual

¹³ O surdo Nelson Pimenta, uma das lideranças do movimento, postou um vídeo contundente no YouTube *Youtube*, mostrando indignação quanto ao fechamento do INES. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Bs4wZYYgcSQ>. Acesso em: [30 de julho de 2015]

¹⁴ Os parâmetros linguísticos da Língua Brasileira de Sinais são cinco: configuração de mão, movimento, direção, locação onde o sinal é feito no corpo e expressão facial e corporal. Uma unidade linguística em Libras, para ser compreendida, obedece esses cinco parâmetros (Quadros e Karnopp, 2004).

compartilha daqueles códigos e acessa a experiência dos surdos na sua própria língua. Ainda que as participações em Libras sejam traduzidas para a língua portuguesa, a experiência visual é distinta.

Outra característica da língua de sinais é a sua descritividade e iconicidade, que podemos também considerar como componente cultural. Os surdos, quando vão relatar experiências, costumam ser bastante detalhistas, como no caso do vídeo em que o surdo Rafael Ferraz descreve a sua participação no evento “PNE pra valer”. Além disso, determinados sinais estão ligados à forma de objetos ou à ação, o que gera também impacto em quem assiste.

Outro elemento cultural dos surdos é o áudio da webcam ligada enquanto as lideranças gravam seus vídeos, deixando vazar o som ambiente. Ou ainda o “barulho surdo” que é o modo de se expressar, na maioria das vezes inconsciente, fazendo barulho com as mãos ou com a boca. Essas e outras características do *ser surdo* vêm carregadas de significados que os definem enquanto surdos, minoria linguística e cultural, com uma condição física de não ouvir que os possibilita vivenciar e transmitir essa cultura de um modo único.

Na arena da audiência, esperava-se que os impactos dessa *política da presença* não fossem tão evidentes. Primeiro porque o ambiente do judiciário traz constrangimentos intrínsecos aos seus mecanismos de participação e representação. Não é um espaço que permite os discursos inflamados e uma expressividade corporal tão intensa. Entretanto, cada vez que um surdo fazia uma participação um pouco mais contundente parecia haver uma desestabilização da ordem formal de uma audiência pública realizada no âmbito do judiciário. Um proferimento enfático da diretora de políticas educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos foi considerado por muitos como exagerado exatamente por convocar uma expressividade corporal bastante acentuada. Após apresentar os dados de uma pesquisa realizada por 10 anos com mais de 8 mil surdos brasileiros, que comprovam que a escola bilíngue é melhor para os surdos do que a escola inclusiva, a diretora enfatiza:

Nós fizemos um movimento, trouxemos 4 mil pessoas à Brasília, estamos espalhados por todo país, temos um subsídio de pesquisas científicas e porque ainda desprezam as pesquisas, desprezam as leis? Porque desprezar então todos esses dados, as pesquisas e as leis em nome desse modelo inclusivo? Isso é muito sério, nós pedimos atenção aos procuradores e procuradoras sobre esse assunto. Nós sentimos que os surdos então de fato têm sido literalmente discriminados com essa atual política.

O mesmo aconteceu em alguns proferimentos da *Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência*, ainda que fosse um espaço com menos constrangimentos formais. Entretanto, por se tratar de uma arena em que as outras pessoas com deficiência se identificavam com as pessoas surdas, a presença surda e o corpo surdo, embora causassem certo desconforto para quem não estava habituado à sinalização, arregimentaram importantes adesões. Foram proferimentos que arrancaram forte reação dos demais delegados expressa por meio de palmas. Nota-se uma forte adesão das demais pessoas com deficiência às demandas de representação exercidas pelos próprios surdos. Fazem coro ao lema “Nada sobre nós, sem nós”, estabelecido pelo movimento das pessoas com deficiência mundialmente. Afinal, a arena da conferência a identidade adscritiva possuía um forte componente de legitimidade pois reunia várias pessoas com deficiência. A identidade adscritiva era utilizada também de forma estratégica como fonte de autoridade. Muitas vezes pessoas sem deficiência dividiam suas falas e suas defesas com pessoas com deficiência nessa busca de legitimidade de fala.

Já no *Facebook*, as identidades se revelavam nos corpos e no uso da língua de sinais e era um forte elemento de autoridade entre os surdos. Em um dos vídeos o surdo Rafael Ferraz questiona o pouco uso da Libras no grupo, o que causa desinteresse e desmobilização de muitos líderes que poderiam contribuir efetivamente para a luta.

De repente eu me vi desmotivado e pouco engajado no grupo do movimento. Eu olho para o tanto de postagens em português e apenas um vídeo ou outro. Qual é o objetivo do grupo do *Facebook*? No grupo de e-mails existe muita interação e muita troca de informação. Não estou gostando disso. É como se todos falassem a minha volta e para o surdo sobrasse apenas um resumo do assunto. Resumo aqui no grupo do *Facebook*? Na empresa onde eu trabalho de segunda a sexta já sou bombardeado pela língua portuguesa o tempo todo. O vídeo seria uma oportunidade de interação e aqui não encontro. É muito ruim. Isso mostra a superioridade da língua portuguesa. [...] me desculpem, mas isso é desmotivador (*Rafael Ferraz – grupo do Facebook – tradução nossa*)

Não apenas o uso da língua de sinais era fator de legitimidade, mas também o questionamento do protagonismo dos surdos face à participação dos ouvintes na militância. Em outro vídeo, Mariana Hora responde a um questionamento feito sobre a predominância de ouvintes na elaboração das ementas ao PNE.

Sim, os ouvintes estão participando muito no grupo de e-mails com a elaboração das emendas do PNE, mas quem propõe as alterações são os surdos. Não há poder dos ouvintes sobre os surdos. Não se preocupem. Vocês acham que eu, a Patrícia, a Flaviane e a Ana vamos permitir isso? E são ouvintes de confiança. Concordo que as propostas precisam sinalizadas, mas

tem um problema de tempo, de quem vai fazer as traduções. As propostas são muitas e longas. (Mariana Hora – *Facebook*)

Nesse sentido, há um reforço identitário que vem por meio do uso da Libras, como no primeiro vídeo, e no *Ser surdo*, como no segundo vídeo. O valor da língua e a defesa da cultura surda esbarram, no primeiro caso, em uma questão prática ligada ao fato de que o mundo que funciona em torno da língua portuguesa. A legitimidade da representação, de quem fala em nome dos surdos, passa pela habilidade também de se comunicar em Libras, seja o representante surdo ou ouvinte. A fonte de autoridade está não apenas no fato de serem surdos, mas de usarem a língua de sinais como principal meio de comunicação.

Ao esbarrarem em uma questão prática de tradução dos documentos, identifica-se que as arenas políticas formais e informais funcionam a partir de uma lógica da oralidade guiada pela língua dominante da língua portuguesa¹⁵. Para filtrar as três mil emendas do PNE e para sugerir nova redação aos deputados, o Movimento Surdo precisou do apoio daqueles que dominavam a língua portuguesa. É uma forma de subordinação ao *habitus linguístico* de maneira estratégica para fazerem valer as lutas. Mas essa concessão não é isenta de conflitos e esbarra nas questões práticas de tradução dos documentos.

O próprio funcionamento da arena da Conferência, por exemplo, gira em torno da reprodução desse *habitus*. Grande parte do tempo concedido à discussão das propostas é destinado à redação, com argumentos ligados a questões textuais como redundâncias, por exemplo. Os delegados se reúnem para acordar uma determinada redação. Nesse sentido, o funcionamento da conferência reproduz esse valor da língua portuguesa. Ainda que as identidades e que a presença sejam uma fonte de autoridade, não são suficientes para garantir a participação, que está toda pautada na dinâmica redacional. E ainda, o debate acaba por se resumir, muitas vezes, ao texto, desconsiderando a substância das propostas.

Em suma, se compararmos as arenas, observamos que a discursividade, que realoca e ressignifica a representação, faz com que as fontes de autoridade acionadas sejam distintas de acordo com audiência especialmente no que tange a identidade adscritiva (Guttmann, 2003) como fonte de autoridade. Anne Philips (2001) traz uma discussão importante sobre a *política da presença* associada a uma *política das ideias*.

¹⁵ A reprodução da autoridade de uma língua está exatamente nos documentos oficiais e na atuação dos gramáticos e professores. Como discutiu Bourdieu (2006), o *habitus linguístico* reforça o valor de determinadas línguas em detrimento de outras, reproduzindo a desigualdade.

Em adição a essa perspectiva, acreditamos que no caso dos surdos, há uma dimensão de intraduzibilidade da Língua de Sinais e do *Ser Surdo* que se revela nessa presença. Não há tradução e interpretação que consiga expressar em voz o que a expressividade facial e corporal expressam. A singularidade do fenômeno está na presença, somada à identidade explícita nos corpos surdos, somada à dimensão intraduzível da língua de sinais. É verdade que em toda língua há certa intraduzibilidade. O destaque aqui é que, no caso da língua de sinais, a sua intraduzibilidade está no corpo, na presença insubstituível.

Existe ainda uma diferença no tempo das línguas orais e no tempo das línguas espaço-visuais. Os processos de interpretação, ainda que simultâneos, possuem um pequeno atraso em relação às falas. Isso traz conotações distintas no impacto da presença surda. Por essa razão optamos por não traduzir os vídeos do *Facebook*. A ideia era ter contato com esse tempo do vídeo e com o processamento da língua, que é diferente.

Por fim, a presença dos surdos e das pessoas com deficiência requer novos parâmetros de inclusividade que deem conta dessa pluralidade dos corpos que se colocam na cena pública de modo a lutar pelo direito a modos de vida distintos e formas de participação que levem isso em conta.

5. Considerações finais

O presente estudo buscou explorar a dimensão corporal da representação política não eleitoral a partir da análise de proferimentos de pessoas surdas. A premissa é de que a dimensão da experiência individual e coletiva e a apresentação da dimensão vivida não se justificam apenas por meio de proferimentos, no caso dos surdos. A presença é acionada como fonte de autoridade, ainda de que de forma não intencional. A presença física diz por si mesma quem são e quais conjuntos de experiências de sofrimento ou discriminação em comum vivenciaram historicamente. O “estar presente”, na pesquisa em questão, carrega uma fonte de autoridade inerente à pessoa que acaba por causar comoção e adesão de outros afetados, mesmo que estes não estejam envolvidos diretamente com a temática.

É claro que o fato de ser surdo ou pessoa com deficiência não é suficiente para configurar a legitimidade da representação, como pode ser evidenciado na arena da *Audiência Pública*. Entretanto, são elementos inevitavelmente considerados nessa dinâmica, melhor compreendida quando conjugada com a pluralidade de pontos de vista sobre o assunto.

Assim, concluímos neste estudo, que a) o corpo é uma fonte de autoridade tão importante quanto o próprio discurso, b) o uso da língua de sinais revela uma dimensão de intraduzibilidade exposta pela presença, c) aspectos culturais das línguas de sinais promovem rupturas nas dinâmicas convencionais de representação e d) a coletivização das questões requer uma fusão de horizontes capaz de incorporar a diferença surda na sua corporalidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, D. R. Representação Política e Conferências: estabelecendo uma agenda de pesquisa. In: Leonardo Avritzer; Clóvis Henrique Leite de Souza. (Org.). **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. 1ed. Brasília: IPEA, 2013, v. 1, p. 173-204.

ALMEIDA, D. R. . Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política** (Online), 2014, v. 22, p. 175-199.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. **Dados**, 2008, p. 443-76.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Legislação Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

DISCH, Lisa. Toward a Mobilization Conception of Democratic Representation. *American Political Science Review*, Vol. 105, No. 1 , fev2011.

_____The “Constructivist Turn” in Democratic Representation: A Normative Dead-End?” *Constellations*, 2016.

DRYZEK, John S. & NIEMEYER, Simon. Discursive representation. **American Political Science Review**, 2008, p. 481-493.

GARCÊZ, R. L. O.. A representação política dos oprimidos nas redes sociais online: Quem fala em nome de quem e com qual legitimidade?. **Contemporanea** (UFBA. Online), 2013, v. 11, p. 304-321.

GUTMANN, Amy. **Identity in democracy**. Princeton, Princeton University Press, 2003.

HIRSCHMANN, David. 'Rendering' Ethnicity in the Mauritius National Assembly: Continuities and Codes. **Parliamentary Affairs**, 2015, Vol. 68(4), pp.647-664

KOOPMANS, R. 'Codebook for the analysis of political mobilisation and communication in European public spheres', 2002. **Europub.com Project**, available at <http://europub.wzb.eu/codebooks.en.htm> (acesso em 10 de junho de 2014).

LADD, Paddy. **Understanding deaf culture:** in search of deafhood. Sydney: Multicultural Matters. 2003

LANE, H. (1984). **When the mind hears:** A history of the deaf. New York: Random House.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

LAVALLE, A.G; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Revista Lua Nova.** São Paulo, 2006, n. 67, p. 49-103.

MAIA, Rousiley C. M. . Non-electoral political representation: expanding discursive domains. **Representation**, 2012, v. 48, p. 429-443.

MAIA, R. C. M. . Representação Política de Atores Cívicos: Entre a imediaticidade da experiência e discursos de justificação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 27, p. 78, 2012.

MANSBRIDGE, Jane. "Rethinking representation". **American Political Science Review**, 2003, 97:515-528.

MANSBRIDGE et al.. "A systemic approach to deliberative democracy". In: Parkinson, J.; Mansbridge, J. J. **Deliberative systems:** deliberative democracy at the large scale. Cambridge, 2012, p.1-26.

MENDONÇA, R. F. . Representation and Deliberation in Civil Society. *Brazilian political science review*, 2008, v. 2, p. 117-137.

PADDEN, C., and T. HUMPHRIES. 1988. *Deaf in America: Voices from a culture.* Cambridge: Harvard University Press.

PHILLIPS, A. **The politics of presence.** Oxford: Clarendon Press, 1995.

PITKIN, Hanna. (1967), *The concept of representation.* Berkeley, University of California Press.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

REHFELD, Andrew. Representation rethought: on trustees, delegates and gyroscopes in the study of political representation and democracy. **American Political Science Review**, 2009, 103(2):214-230.

SAWARD, Michael. **The representative claim**. Nova York, Oxford University Press, 2010.

_____. "Authorization and authenticity: representation and the unelected". **The Journal of Political Philosophy**, 2009, 17(1):1-22.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

URBINATI, Nadia. **Representative Democracy**. Chicago, The University of Chicago Press, 2006.

URBINATI, Nadia & WARREN, Mark E., The concept representation in contemporary democratic theory. **The Annual Review Political Science** , 2008, 11, p. 387-412.

WELDON, Laurel. **When Protest Makes Policy: How Social Movements Represent Disadvantaged Groups**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2011.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phillis Perrin. **Aprender a ver**. Editora Arara Azul: Rio de Janeiro, 2005.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.